



**AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA, CRESCIMENTO E
DESENVOLVIMENTO: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE
NOVA LONDRINA E MOREIRA SALES, PARANÁ**

**SUGARCANE AGRIBUSINESS, GROWTH AND DEVELOPMENT: A
COMPARATIVE STUDY BETWEEN THE CITIES OF NOVA LONDRINA AND
MOREIRA SALES, PARANÁ**

Arcelo Luis Pereira¹
Valdemar João Wesz Junior²

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo analisar se a instalação da agroindústria canavieira corroborou com o crescimento e desenvolvimento dos municípios de Moreira Sales e Nova Londrina, no Paraná, que apresentam uma situação socioeconômica (IDH) muito díspar. Para tanto, averigua-se o impacto das agroindústrias na orientação produtiva agropecuária, na dinâmica populacional e ocupacional, na relação com outras atividades econômicas, nas receitas correntes e próprias e nas despesas orçamentárias dos municípios. A partir da revisão bibliográfica e do uso de dados secundários, observa-se que a agroindústria canavieira contribui com o crescimento econômico de ambas as localidades, ao passo que o desenvolvimento é influenciado pela eficiente alocação dos recursos públicos.

Palavras Chave: Crescimento, Desenvolvimento, Agroindústria Canavieira.

Abstract:

This work aims to analyze whether the installation of the sugarcane agribusiness corroborated with the growth and development of the municipalities of Moreira Sales and Nova Londrina, in Paraná, which present a very different socioeconomic situation (HDI). To this end, the impact of agroindustries on the agricultural productive orientation, on population and occupational dynamics, on the relationship with other economic activities, on current and own revenues and on budgetary expenditures of the municipalities is investigated. From the bibliographic review and the use of secondary data, it can be seen that the sugarcane agribusiness contributes to the economic growth of both locations, while development is influenced by the efficient allocation of public resources.

Keywords: Growth, Development, Sugarcane Agribusiness.

¹ Mestrando em Economia no PPGE/UNILA. E-mail: arcelolp@gmail.com.

² Doutor pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: valdemar.junior@unila.edu.br.





Introdução

Para o Brasil, a agroindústria canavieira desempenha um importante papel no cenário econômico e social, pois desde sua colonização, a cultura da cana-de-açúcar e a produção de seus derivados foram de suma importância para o desbravamento, ocupação e colonização de terras, bem como para seu crescimento econômico. (BRANDÃO, 1985; FURTADO, 1963 apud SHIKIDA, 2009).

No ínterim até os dias atuais, o engenho deu lugar aos complexos industriais sucroalcooleiros, que quando instalados em um determinado território, têm a tendência natural de criar aglomerados produtivos que fomentam a migração e concentração da população em áreas urbanas com a expansão irradiada de outras atividades econômicas. Esses aglomerados, segundo Marshal (1920), podem ser caracterizados pela criação de economias externas que adquirem vantagem competitiva devido à especialização da atividade, a sinergia entre os produtores, o *continuum* locacional, dentre outras características.

Esse fenômeno, de acordo com Carvalheiro (2005), gera dois efeitos nos municípios que possuem agroindústria canavieira instalada: o direto, que é dado no segmento econômico, com arrecadação e geração de empregos; e o indireto, que está ligado ao segmento do bem-estar. Barbosa (2005, apud DELIBERALI, 2010) também argumenta que, onde a agroindústria canavieira se irradia, ela dinamiza empregos diretos e indiretos, além de possibilitar a ampliação de atividades nas áreas de educação, de habitação, de meio ambiente e de saúde.

No contexto apresentado, a pergunta que se coloca é: Em municípios que apresentam distintos níveis de desenvolvimento humano (IDH), há relação entre o crescimento e desenvolvimento socioeconômico com a instalação da agroindústria canavieira? Desse modo, conforme problemática apresentada, o objetivo desse ensaio é analisar se a instalação da agroindústria canavieira corroborou com o desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Com a análise das mudanças incorridas nos municípios após a instalação da agroindústria sucroalcooleira, é possível entender e subsidiar a proposição de políticas públicas de crescimento e desenvolvimento desses locais.

Este trabalho está dividido em oito partes, incluída esta Introdução. Na segunda e terceira partes são expostas breves notas sobre a evolução da agroindústria canavieira em nível nacional e paranaense. A quarta parte tem o objetivo de fundamentar conceitualmente a análise proposta. A quinta parte expõe a metodologia deste trabalho, e a sexta parte apresenta os resultados obtidos, assim como a discussão dos mesmos. Finalizando o trabalho, estão as Conclusões e as Referências bibliográficas, na sétima e oitava parte, respectivamente.





Agroindústria Canavieira no Brasil

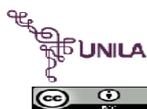
Desde o início a cana-de-açúcar foi elementar para o Brasil. Em meio à severa exploração extrativista e com receio de que outras nações invadissem suas “posses”, a coroa portuguesa, entre 1500 e 1530, iniciou a colonização do Brasil com a cessão de terras para particulares, igreja e ajuntamentos e para os povos originários, onde foram iniciados os engenhos de açúcar e o sistema *plantation*, em latifúndios monocultores (FERRERAS; SECRETO, 2013). Por fins do século XIX e início do século XX, segundo Shikida (1997), começam a surgir as usinas, instalações modernas para processamento de cana-de-açúcar. Em 1914 com a eclosão da I Guerra Mundial e a devastação da indústria europeia, os preços de produtos agrícolas aumentaram vertiginosamente, fato que fomentou a criação de novas usinas no Brasil. Nesse sentido, Coelho (2001) e Rissardi Junior (2005) destacam que com a projeção de superproduções, fora criado em 1933 o Instituto do Açúcar e Álcool (IAA), com o papel de incentivar o consumo e regular o mercado de açúcar e álcool.

Até 1970 muitos outros eventos se destacaram e influenciaram a produção de cana-de-açúcar, seja a II Guerra Mundial, pesquisas para aumentar produtividade e combater pragas, inovações tecnológicas e problemas com fornecimento de açúcar e gasolina (VIAN, 2003). Quando com a baixa nos preços do açúcar e as disfunções do petróleo, 1973 e 1979, foi incentivada a produção e o consumo do álcool combustível, papel esse destinado ao Programa Nacional do Álcool (Proálcool), criado em 1975, que alavancou o desenvolvimento de novas regiões produtoras. Este programa manteve-se efetivo até a extinção do IAA, em 1990, o que provocou uma desregulamentação do setor (SHIKIDA; BACHA, 1999).

A situação setorial entre 1990 e 2010 foi de “readaptação da agroindústria canavieira sob o amparo da desregulamentação setorial, em que os produtores tiveram que se adaptar ao livre mercado sem os incentivos, subsídios e coordenação estatais” (SHIKIDA; AZEVEDO; VIAN, 2010, p.254). Segundo Carvalheiro e Shikida (2004), os impactos oriundos da desregulamentação do setor no processo de desenvolvimento desta agroindústria afetaram positivamente a produção de cana moída, álcool e de açúcar. As indústrias foram incentivadas a investirem e se capitalizarem com recursos externos, para assim expandirem seus complexos produtivos, inclusive com a produção de novos produtos, como o álcool celulósico, energia elétrica e créditos de carbono (PEREIRA, 2006 *apud* CARVALHO 2012).

Em 2008, com a crise financeira global, as indústrias foram surpreendidas e passam por dificuldades. Em relatório divulgado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (BARROS *et al*, 2018), foi denotado que o setor incorreu com a mitigação do número de postos de trabalho na ordem de 38,1% de 2008 até 2016. Mesmo assim, é um dos setores que mais emprega no país - 3,2% do total de pessoas ocupadas no agronegócio em 2017 estavam nas atividades da cadeia sucroenergética, com a geração de aproximadamente 800 mil empregos diretos.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2017), o Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar e segundo maior





produtor de etanol. Na safra 2017/2018, conforme compilado pela União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA, 2018), a extensão em terras brasileiras cultivadas com a cultura da cana-de-açúcar em 2017 foi de aproximadamente 10.229.881 hectares, de onde foram colhidos 641 mil de toneladas de cana, sendo produzidos 38.596 mil toneladas de açúcar e 27.589 mil m³ de álcool. Nessa mesma safra, foram obtidos US\$ 245 milhões em divisas com a exportação de 58,8 milhões de litros de etanol e 465 mil toneladas de açúcar. Atualmente, o governo brasileiro trabalha com a Política Nacional de Biocombustíveis, conhecida também como *RenovaBio*, que procura estimular a produção e reconquistar a dinâmica econômica no setor, mitigando os efeitos perversos da crise.

Agroindústria Canavieira no Paraná

No Paraná, de acordo com Carvalheiro (2005), inicialmente a produção de açúcar era destinada basicamente ao consumo interno, sendo praticamente expressiva no cenário nacional. As usinas começaram a ser instaladas na década de 1940, com a implantação de duas unidades, a Central do Paraná e a Bandeirantes, com sede nos municípios de Porecatu e Bandeirantes, respectivamente (CARVALHEIRO, 2005). Até meados 1970, apesar do setor ter crescido em grande parte desse período, o açúcar e álcool produzido no Paraná eram destinados ao consumo interno. Sua expansão se deu após o enfraquecimento da cadeia produtiva do café e a criação do PROÁLCOOL, fato que desencadeou o aumento das divisas canavieiras, alterando significativamente o espaço agrícola do estado (SHIKIDA, 2010).

Após 1990, com o fechamento do IAA e a desregulamentação setorial, o setor ficou exposto às ações do mercado. De acordo com Rissardi Júnior (2005, p. 36), ainda que tenha sofrido a mesma crise do setor no final dos anos 1990, o Paraná conseguiu retomar e ampliar sua produção, devido seus diferenciais, como a produtividade e organização. Contudo, conforme apresentado pela Nova Cana (2018), esse cenário de expansão não se repete nos últimos anos, ao contrário, após a crise de 2008 diversas indústrias foram impactadas e sentem imensa dificuldade para se recuperar.

O Estado, que chegou a figurar como o segundo maior produtor de cana-de-açúcar no Brasil, hoje é apenas o quinto. Conforme dados divulgados pela UNICA (2018), a extensão em terras no Paraná cultivadas com cana-de-açúcar em 2017 foi de aproximadamente 593.700 hectares, de onde foram colhidas 37.047 mil toneladas de cana, sendo produzidos 2.921 mil toneladas de açúcar e 1.269 mil m³ de litros de álcool. Entretanto, houve uma diminuição da área cultivada com cana-de-açúcar, nas quantidades produzidas de cana e açúcar, bem como o volume de etanol, reflexo dos problemas econômicos do país, pouco investimento, do envelhecimento dos canaviais, dentre outras disfunções que geraram baixa produtividade.

Na Tabela 1 são apresentadas as cidades que possuem agroindústria canavieira instalada e seus respectivos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010).





Tabela 1 - Agroindústria canavieira no Paraná

Cidades	IDHM-2010	Cidades	IDHM-2010
Ventania	0,650	Jussara	0,718
Moreira Sales	0,675	São tomé	0,725
São Carlos do Ivaí	0,682	Bandeirantes	0,727
Nova América da Colina	0,698	Colorado	0,730
Florestópolis	0,701	Engenheiro Beltrão	0,730
Tapejara	0,703	Marialva	0,735
Ivaté	0,706	Porecatu	0,738
Ibaiti	0,710	Santo Inácio	0,739
Terra Rica	0,710	Jacarezinho	0,743
Perobal	0,713	Astorga	0,747
Rondon	0,713	Jandaia do Sul	0,747
Paranacity	0,717	Nova Londrina	0,758
São Pedro do Ivaí	0,717	Umuarama	0,761
Cidade Gaúcha	0,718	Maringá - Iguatemi	0,808

Fonte: PNUD, ALCOPAR, UNICA e UDOP.

Crescimento e Desenvolvimento Socioeconômico

A discussão teórica entre desenvolvimento e crescimento é profunda e densa. Não queremos aqui detalhar tal debate, mas trazer os marcos gerais de cada termo. A priori, é importante denotar que existem discussões que são delineadas acerca da diferenciação dos termos crescimento e desenvolvimento, enquanto o primeiro está ligado à simples variações quantitativas e pecuniárias de bens, o segundo se relaciona com mudanças qualitativas de estruturas sociais.

O crescimento não ocorre ao mesmo tempo em todos os pontos do território, mas em polos, por diversos canais, com intensidades e efeitos finais variáveis sobre a economia. A contínua capacidade de agregação de valor sobre a produção *versus* a capacidade de absorção da região, na qual o foco é a retenção do excedente econômico e/ou atração de excedentes provenientes de outras regiões, estão ligadas intimamente com o processo de crescimento





econômico de uma região (OLIVEIRA, 2002). Os efeitos desse crescimento podem ser observados à montante e a jusante da cadeia produtiva, ou seja, uma indústria que ao ampliar suas atividades produtivas e comerciais, corrobora para a elevação das compras e vendas de outras empresas por ela influenciadas (HIRSCHMAN, 1958; PERROUX, 1977 *apud* CAVALCANTE, 2008). Esses efeitos também são observados de forma irradiada, nos centros dominantes e nas periferias dominadas, formando aglomerações com bases de exportação comuns, em locais estratégicos, que assim contribuem para o crescimento de outros setores (ALVES et al., 2006; NORTH, 1977). Complementarmente Haddad (1999) aponta que a instalação de uma nova atividade econômica local originará receitas fiscais diretas e indiretas, seja pelo aumento do consumo de mercadorias, da ampliação dos setores terciários, crescimento demográfico, expansão urbana, dentre outros.

O desenvolvimento por sua vez é um processo dinâmico, envolvendo constantes mudanças na estrutura e nos métodos de produção da economia. É o processo pelo qual uma população aumenta a eficiência com que produz bens e serviços, aumentando assim seu padrão de vida e o bem-estar em geral (RODRIGUES, 1978). Para Veiga (1998 *apud* SHNEIDER, 2004), desenvolvimento é um processo sistêmico mediante o qual uma economia consegue simultaneamente crescer, reduzir desigualdades sociais e preservar o meio ambiente. Nessa perspectiva, para Haddad (2009) o crescimento é necessário, mas não suficientes para promoção do desenvolvimento, pois este não se trata de um subproduto cronológico do crescimento.

Em sua teoria da causação circular, Myrdal (1957, *apud* CAVALCANTE, 2008) argumenta que há uma inter-relação causal e circular nos fatores ligados ao crescimento, causando a heterogeneidade nos padrões de desenvolvimento e desigualdade social das regiões. Como sugere Cano (1985, *apud* OLIVEIRA, 2002), quando argumenta que mais indústrias geram mais empregos, mas também ganham mais filas de transporte, menos água, escolas, hospitais e muito mais favelas. Ora, então não é suficiente viabilizar novos investimentos em um local, uma vez que estes podem resultar em processos socialmente excludentes, gerando um ciclo restrito de crescimento econômico, havendo a necessidade de intervenção do Estado para conter as forças de mercado que, de outra forma, tenderiam a acentuar os níveis de desigualdade regional (CAVALCANTE, 2008).

Desse modo, quanto mais empresas são criadas/expandidas, maior é o número de indivíduos que se deslocam para estes centros em busca de trabalho e de melhores condições de vida, e o Estado, por sua vez, se vê obrigado a disponibilizar toda a infraestrutura adequada para este crescimento populacional e econômico. Por outro lado, o desenvolvimento é um processo de dinamização da sociedade e ativação da economia, que através da utilização eficiente dos recursos locais disponíveis, consegue estimular seu crescimento econômico, criar empregos e conseqüentemente melhorar a qualidade de vida da comunidade (DEL CASTILLO, 1998, *apud* SHIKIDA; SOUZA, 2009).

Assim, conforme Frank Ellis (1998; 2000; 2001 *apud* SHNEIDER 2004), as iniciativas e ações que geram impactos significativos na melhoria das condições de vida da





população e que ampliam suas perspectivas de garantir a reprodução social e econômica estão, na maioria das vezes, nas próprias localidades e territórios onde vivem. E, como observa Cavalcante (2008), esses processos relevam a importância de se realizar investimentos no capital humano, educação, criação de conhecimento, pesquisa e desenvolvimento para promover o processo de crescimento e desenvolvimento sustentável.

Apreciadas as diferenças fundamentais entre crescimento e desenvolvimento econômico, será apresentada na sequência a metodologia de pesquisa adotada.

Metodologia

Este trabalho se caracteriza como um estudo de caso, que para Marconi e Lakatos (1999), é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita a investigação de seu amplo e detalhado conhecimento. Tem abordagem quali-quantitativa e natureza aplicada, pois procura gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos para contribuir à solução de problemas específicos (GIL, 2007).

Para a realização desta pesquisa, foram escolhidos os municípios que possuem número populacional semelhante e agroindústria canavieira instalada em anos próximos e apresentam índices de desenvolvimento humano (IDHM) com valores opostos, ou seja, apresentam o mais alto e o mais baixo IDHM. Para tanto, foi determinado que os municípios devem ter população similar, excluindo desse modo, os dois municípios com maior IDH, Maringá (população de 423.666, estimada 2019) e Umuarama (população 111.557, estimada 2019). Bem como, devem possuir usinas de açúcar e/ou álcool, excluindo desse modo o município de Ventania, que possui uma fábrica de aguardente de cana-de-açúcar. Dessa maneira, conforme Tabela 1, os municípios adotados para o estudo foram Moreira Sales e Nova Londrina.

Foram coletados e utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), dentre outras fontes complementares. Os dados da área colhida e quantidade produzida de cana-de-açúcar são utilizados para analisar como o novo polo produtivo influenciou a decisão dos produtores na escolha do cultivo. A evolução populacional foi utilizada para verificar a dinâmica demográfica do município sede em relação à região em que está inserida, ou seja, como a agroindústria canavieira atuou no sentido de preservar, mitigar ou ainda otimizar efeitos migratórios, de entrada ou saída. O número de pessoas ocupadas nos diversos setores econômicos foi utilizado para observar os efeitos irradiados da agroindústria. Também são analisadas as alterações das receitas orçamentárias derivadas de transferências correntes da União e do Estado, bem como as de origem própria. Esses dados permitem observar se a instalação dos novos polos produtivos corroborou com a elevação da arrecadação dos municípios, através do aumento no número de moradores, residências, empreendimentos, negócios, renda, dentre outros. Por fim, também foi observado como os municípios utilizaram





as receitas orçamentárias arrecadadas, fato que se relaciona diretamente ao desempenho socioeconômico dos municípios.

Resultados e Discussões

O município de Moreira Sales, conforme o IBGE Cidades (2019), foi instalado em 30/11/1961, desmembrado do município de Goioerê. Possui divisas com as cidades de Cruzeiro do Oeste, Tuneiras do Oeste, Janiópolis, Goioerê e Mariluz. Em 1976, foi criada no município a Usina Goioerê, adquirida em 2012 pela Usina Santa Terezinha (Usina Santa Teresinha, 2019). O município de Nova Londrina, conforme o IBGE Cidades (2019), foi instalado em 07/01/1956, desmembrado do município de Paranavaí. Possui divisas com as cidades de Diamante do Norte, Itaúna do Sul, Terra Rica, Guairaça, Loanda e Marilena. Em 1978, foi criada no município a Destilaria Copagra, adquirida em 2012 pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 2019).

Inicialmente, conforme Tabela 2, é apresentada a evolução na produção da área colhida e quantidade produzida de cana-de-açúcar, principal matéria-prima para beneficiamento dos novos atores produtivos instalados.

Tabela 2 - Produção de cana-de-açúcar

		1970	1980	1990	2000	2010	2017
Moreira Sales	Área Colhida (ha)	-	2.560	4.033	4.990	5.000	6.400
	Qt produzida (t)	-	307.200	254.079	222.704	250.000	384.000
Nova Londrina	Área Colhida (ha)	27	179	2.946	2.279	3.563	5.580
	Qt produzida (t)	1255	14.320	202.331	129.677	283.298	378.065

Fonte: IparDES (2019).

Observamos que na década de 1970, antes da instalação das empresas, a produção de cana-de-açúcar apresentava irrelevante área de plantio para ambos os municípios. Em 1980 a produção de Moreira Sales já é representativa, enquanto Nova Londrina ainda tem produção tímida, principalmente pelo fato da usina desse município ter sido instalada em 1978. Em 2017, conforme Censo Agropecuário, a evolução da dedicação dos municípios a esta agroindústria é notável, ocupando 23,8% da área dos estabelecimentos agropecuários de Moreira Sales e 23,7% de Nova Londrina. Isso demonstra que para os produtores dos municípios, a instalação da agroindústria influenciou na decisão pela escolha do cultivo.

Na sequência, conforme Tabela 3, é apresentada a evolução populacional, conforme residência, dos municípios e da região lindeira. É notório e nada incomum o êxodo rural de ambos os municípios e regiões, movimento esse ocorrido de forma generalizada no país. Moreira Sales, em 2019, possui 21,2% da população no espaço rural, enquanto isso Nova Londrina possui 8,1%.





Tabela 3 - População residente urbano, rural e total

Local	Residência	Ano					
		1970	1980	1991	2000	2010	2019
Moreira Sales	Urbano	5.008	7.517	10.236	9.383	9.933	9.551
	Rural	18.999	11.422	6.768	4.012	2.673	2.570
	Total	24.007	18.939	17.004	13.395	12.606	12.121
	+ Divisas	201.142	134.489	118.922	90.760	87.491	86.093
Nova Londrina	Urbano	6.269	9.635	11.077	11.604	12.014	12.148
	Rural	4.410	2.478	1.777	1.565	1.053	1.065
	Total	10.679	12.113	12.854	13.169	13.067	13.213
	+ Divisas	75.077	75.172	68.960	69.715	71.643	74.697

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Nota: 2019 são a projeção do IBGE, disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>.

+ Divisas se refere à soma da população do município base mais os lindeiros.

O período de 1970-1980 é caracterizado pela diminuição expressiva de 21,1% da população total de Moreira Sales, assim como de 33,1% de sua região lindeira, tendo paralelamente, sua população urbana crescido em 50,1% ao passo que a rural decresceu 39,9%. Não obstante, de 1970 até 2019 a população total de Moreira Sales foi encolhida em 49,5%, sendo que a parcela rural diminuiu 86,5% e a urbana aumentou 90,7%. Enquanto isso, a diminuição da população da região lindeira foi de 57,2%. Enquanto isso, em Nova Londrina, de 1970-1980 aconteceu o aumento de 13,4% da população total, enquanto sua região lindeira teve um aumento de 0,12%, tendo concomitante, sua população urbana crescido em 59,7% ao passo que a rural decresceu 43,8%. Já de 1970 até 2019, a população total cresceu 23,7%, sendo que a parcela rural diminuiu 75,8% e a urbana aumentou 93,8%, enquanto isso a população da região lindeira decresceu 0,5%.

Isso demonstra, conforme veremos a seguir e aponta Rodrigues (1978), que parcela do volume de mão-de-obra ocupada na agricultura foi liberada via êxodo, e combinada com a crescente população urbana, torna-se mais que suficiente para atender à demanda de mão-de-obra no setor urbano industrial. Fato é que tais acontecimentos nos levam a acreditar que a agroindústria canavieira pode ter sido efetiva no papel de atenuar os efeitos da migração populacional de Moreira Sales para outras regiões, bem como de possibilitar a manutenção e captação populacional em Nova Londrina, estimulando a economia local e oferecendo oportunidades de trabalho diretas e indiretas.

Na perspectiva de ocupação das pessoas residentes no município de Moreira Sales, ao observar a Tabela 4, percebemos um crescimento de 6,2% no número total de pessoas





ocupadas entre 1970 e 2010. Embora esse número seja importante, não podemos deixar de citar a transferência da ocupação do setor rural para o urbano, principalmente com a diminuição de 65,1% do setor primário e aumento de 774,8% no setor industrial, acompanhado com o aumento de mais de 3 vezes nos setores de serviços, comércio e sociais.

Tabela 4 - Pessoas ocupadas de 10 anos ou mais por setor de atividade

	Atividades	1970	1980	1991	2000	2010
	Agropecuária, extração vegetal e pesca	6.045	5.980	4.884	3.094	2.109
	Atividades industriais	175	525	519	602	1.531
	Indústria de transformação*	-	249	418	406	1.192
	Indústria da construção civil*	-	268	43	175	301
	Outras atividades industriais*	-	8	58	21	38
Moreira	Comércio de mercadorias	164	298	403	415	572
Sales	Transporte e comunicação	115	102	105	112	157
	Prestação de serviços	178	530	766	704	578
	Atividades sociais	102	232	314	342	514
	Administração pública, defesa e seguridade social	41	174	252	183	210
	Outras atividades	92	98	129	276	137
	Total	6.912	8.464	7.891	6.330	7.339

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

* Esta separação foi realizada a partir de 1980.

No município de Nova Londrina não foi diferente, contudo conforme Tabela 5, percebemos uma expansão de 147,6% no número de pessoas ocupadas entre 1970 e 2010. Essa expansão se deu principalmente no setor industrial, comércio e serviços, com aumentos de 253,8%, 699,4% e 156,5% respectivamente. Paralelamente, também verificamos uma diminuição no setor primário de 37,3%.

A expansão irradiada aconteceu com mais intensidade em Nova Londrina, principalmente pelo fato de sua população ter aumentado ao invés de diminuir como em Moreira Sales, ou seja, os setores de construção civil, comércio, serviços, saúde, educação, dentre outros, foram mais beneficiados dos efeitos industriais da agroindústria e de outras atividades instaladas no município. Nesse sentido, é possível atinar que os setores secundário e terciário foram capazes de absorver o êxodo ocupacional do setor primário de ambas as regiões, embora com intensidades diferentes, o que corrobora com as constatações demográficas anteriores de que a agroindústria canvieira desempenhou importante papel na manutenção demográfica dos municípios, superando os indicadores das regiões lindeiras.



Tabela 5 - Pessoas ocupadas de 10 anos ou mais por setor de atividade

Atividades		1970	1980	1991	2000	2010
	Agropecuária, extração vegetal e pesca	1.820	1.297	1.230	1.280	1.141
	Atividades industriais	545	1.225	1.313	1.319	1.928
	Indústria de transformação*	-	379	709	844	1.198
	Indústria da construção civil*	-	593	489	427	682
	Outras atividades industriais*	-	253	115	48	48
Nova Londrina	Comércio de mercadorias	165	504	778	729	1.319
	Transporte e comunicação	96	97	182	90	146
	Prestação de serviços	460	756	1.284	1.085	1.180
	Atividades sociais	129	316	447	541	561
	Administração pública, defesa e seguridade social	86	110	141	245	266
	Outras atividades	189	165	185	398	172
Total		3.490	5.695	6.873	7.006	8.641

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).
* Esta separação foi realizada a partir de 1980.

Para além dos efeitos induzidos sobre os demais setores, para mensurar a contribuição das agroindústrias na geração de empregos formais nos municípios, nas Tabelas 6 e 7 são apresentados, respectivamente, o número de vínculos empregatícios ativos em 31 de dezembro e o total de vínculos empregatícios gerados durante todo o ano analisado, dados esses extraídos conforme Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Tabela 6 - Empregos ativos na cadeia sucroenergética (31/12)

Município	Sinopse	2000	2006	2010	2018
Moreira Sales	Total	1.199	1.852	2.406	2.522
	Diretos	453	944	1.245	1.191
	Dependência %	37,8%	51,0%	51,7%	47,2%
Nova Londrina	Total	1.701	2.782	3.397	3.560
	Diretos	373	910	797	1.170
	Dependência %	21,9%	32,7%	23,5%	32,9%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de RAIS.

* Códigos CNAE 2.0 - 1130, 10716, 10724 e 19314.

* Códigos CNAE 95 - 1139, 15610, 15628, 161, 23400, 2421 e 2422.





Tabela 7 – Total de empregos na cadeia sucroenergética (no ano)

Município	Sinopse	2000	2006	2010	2018
Moreira Sales	Total	1.431	2.298	2.889	4.195
	Diretos	560	1.191	1.439	2.455
	Dependência %	39,1%	51,8%	49,8%	58,5%
Nova Londrina	Total	3.786	4.151	6.028	5.873
	Diretos	1.9	1.6	2.0	2.2
	Dependência	52,	40,	33,	39,
	%	8%	0%	5%	1%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de RAIS.

* Códigos CNAE 2.0 - 1130, 10716, 10724 e 19314.

* Códigos CNAE 95 – 1139, 15610, 15628, 23400, 2421, 2422 e 161.

É possível detectar em ambos os cenários a dependência econômica dos municípios na agroindústria canavieira. Contudo, o município de Moreira Sales se destaca com 58,5% de todos os empregos formais gerados em 2018 estarem vinculados à cadeia sucroenergética, ao passo que em Nova Londrina a dependência é de 39,1% no mesmo ano. Essa dependência se torna preocupante em caso de eventuais cenários desfavoráveis ao setor canavieiro, pois pode causar danos socioeconômicos sistemáticos. Contudo, não restam dúvidas da importância que a agroindústria canavieira desempenha na economia dos municípios.

O setor canavieiro, como força motriz dos territórios, pode desempenhar papel fundamental na arrecadação orçamentária dos municípios. Nesse sentido, na Tabela 8 são apresentadas as arrecadações com as transferências correntes, que são constituídas por parte dos impostos cobrados pelo Estado e União, que retornam aos municípios mediante percentuais pré-definidos em legislação. Destaca-se pelo Estado o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), dentre outros e, pela União o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), hoje, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), dentre outros.

Observamos que em 1980 a arrecadação de Moreira Sales foi 59,5% maior que a de Nova Londrina, principalmente pelo fato de na época possuir uma população maior e se enquadrar em outro coeficiente de distribuição do FPM. Com a diminuição da diferença populacional, ambos os municípios se enquadraram no mesmo coeficiente distributivo do FPM, igualando os valores transferidos. As diferenças de arrecadação observadas ocorreram principalmente devido ao imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR), fato que pode ser explicado pela área dos municípios.



Tabela 8 - Transferências correntes da União e do Estado aos Municípios (R\$)

Moreira Sales					
Origem	1980	1990	2000	2010	2018
União	2.865.515,47	4.948.913,46	9.946.819,46	13.448.294,13	14.656.794,64
Estado	2.856.155,69	4.539.389,14	5.519.543,78	7.516.146,96	8.314.554,35
Total	5.721.671,16	9.488.302,60	15.466.363,24	20.964.441,09	23.417.111,95

Nova Londrina					
Origem	1980	1990	2000	2010	2018
União	1.704.496,42	4.163.106,90	9.290.960,38	14.365.578,03	13.057.897,81
Estado	2.273.611,43	3.522.099,20	6.054.868,44	7.349.310,33	9.030.544,51
Total	3.978.107,85	7.685.206,10	15.345.828,82	21.714.888,36	20.414.626,20

Fonte: Iparde e STN (2019).

Dados ajustados pelo IGP-DI para 08/2019.

No âmbito Estadual, notamos a mitigação das diferenças de arrecadação com o passar dos anos, fato desencadeado principalmente pelo crescimento demográfico de Nova Londrina e decréscimo de Moreira Sales. Fenômeno esse que acarreta o aumento de arrecadação com ICMS derivado de novos empreendimentos, bem como, encadeado ao fator demográfico, pelo aumento da frota de veículos. Enquanto Moreira Sales teve um crescimento de Transferências Correntes Estaduais na ordem de 291%, a de Nova Londrina ampliou 397%.

Na sequência, conforme Tabela 9 e 10, são apresentadas algumas das receitas próprias dos municípios, que são aquelas arrecadadas diretamente através de seus impostos, taxas e serviços. Ao analisarmos a evolução da arrecadação, nos deparamos com um aumento, entre 1980 e 2018, de 487% no município de Moreira Sales e de 937% em Nova Londrina.

Em Moreira Sales, de 1980 até 2018, a arrecadação com o IPTU cresceu 880%, ao passo que com o ISSQN o aumento foi de consideráveis 5.339%. Ambos os impostos representando 58,4% da arrecadação total do município. Em Nova Londrina, o destaque foi o aumento da arrecadação com o IPTU, ISSQN e ITBI, na ordem de 673%, 1440% e 1761% respectivamente, que somam 78% da arrecadação total do município. As diferenças de arrecadação observadas com os Impostos sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), evidencia o crescimento demográfico dos municípios, bem como pode denotar o movimento de concentração produtiva e fundiária.

Ao contribuir para a manutenção e crescimento demográfico, com a criação de novos domicílios urbanos e corroborar com a implantação de estabelecimentos comerciais, a instalação das agroindústrias sem dúvida ajudou a elevar a arrecadação própria. Contudo, conforme aponta Rodrigues (1978), apesar de historicamente o processo de crescimento e desenvolvimento econômico se manifestar de forma mais clara no setor industrial, não se deve desprezar o papel fundamental e estratégico que cabe à agricultura nesse processo, principalmente nos países subdesenvolvidos ou em fase de desenvolvimento.





Tabela 9 - Arrecadação de Impostos e Taxas dos Municípios (R\$)

Impostos e Taxas	Moreira Sales				
	1980	1990	2000	2010	2018
Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)	95.835,96	61.879,15	111.097,34	457.000,31	843.717,10
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)*		141.455,35	140.915,61	533.631,07	465.990,85
Imposto Sobre Serviços (ISSQN)	16.481,34	46.417,87	61.069,87	259.124,15	880.030,03
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	61.855,90	18.193,10	78.248,99	106.613,22	163.399,19
Taxas pela Prestação de Serviços	143.245,25	23.305,40	57.052,60	317.034,27	440.094,84
Contribuição de Melhoria	288.728,71	6.024,05	18.302,27	128.188,17	158.826,06
Total	606.147,16	297.274,92	466.686,68	1.801.591,19	2.952.058,07

Fonte: Iparde (2019).

Dados ajustados pelo IGP-DI para 08/2019.

Notas: IRRF disponível para o período de 2002 até 2012.

* Estes tributos só passaram a ser de competência dos municípios a partir do Sistema Tributário de 1988.

Tabela 10 - Arrecadação de Impostos e Taxas dos Municípios (R\$)

Impostos e Taxas	Nova Londrina				
	1980	1990	2000	2010	2018
Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)	237.656,90	72.874,73	436.914,55	876.222,47	1.595.050,43
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)*		75.215,53	278.864,98	434.349,86	1.325.058,62
Imposto Sobre Serviços (ISSQN)	96.039,43	76.093,09	345.003,04	719.300,93	1.383.509,89
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	72.029,57	38.357,45	244.487,00	89.209,47	134.462,82
Taxas pela Prestação de Serviços	182.719,09	41.224,42	61.694,49	315.026,81	789.472,25
Contribuição de Melhoria		26.422,27	100.275,66	55.049,49	286.186,65
Total	588.444,99	330.187,49	1.467.239,72	2.489.159,03	5.513.740,66

Fonte: Iparde (2019).

Dados ajustados pelo IGP-DI para 08/2019.

Notas: IRRF disponível para o período de 2002 até 2012.

* Estes tributos só passaram a ser de competência dos municípios a partir do Sistema Tributário de 1988.





As Tabelas 11 e 12 perfazem a alocação orçamentária dos municípios, ou seja, o quanto gastam. Foram escolhidas essas rubricas devido o papel fundamental que desempenham no bem-estar e qualidade de vida dos civis. É importante anotar que as variações temporais das aplicações orçamentárias são muito particulares, principalmente em função das decisões gerenciais e políticas das diferentes gestões municipais. Tendo em vista que cada rubrica orçamentária pode gerar um novo estudo, não há a intenção de esmiuçar qualitativamente os orçamentos, mas sim analisar o comportamento dessas alocações.

Tabela 11 - Despesas Municipais por Função (R\$)

	Alocação Orçamento	2002	2010	2018
Moreira Sales	Assistência Social	1.174.501,35	1.053.552,16	2.542.349,41
	Saúde	4.753.880,90	5.620.853,10	8.640.626,60
	Educação	4.627.950,79	6.282.217,34	9.093.623,13
	Cultura	33.381,32	422.492,01	854.447,51
	Gestão Ambiental		152.523,39	489.757,93
	Urbanismo	29.646,94	1.598.536,56	2.203.693,47
	Desporto e Lazer	127.133,68	286.446,44	392.277,69
	Total		10.746.494,98	15.416.621,00

Fonte: IparDES (2019).

Dados ajustados pelo IGP-DI para 08/2019.

Tabela 12 - Despesas Municipais por Função (R\$)

	Alocação Orçamento	2002	2010	2018
Nova Londrina	Assistência Social	1.687.814,66	1.510.460,70	1.223.852,10
	Saúde	4.850.144,84	6.955.021,85	13.592.433,60
	Educação	4.751.877,70	6.196.518,76	12.077.056,82
	Cultura	699.457,84	258.860,56	516.284,35
	Gestão Ambiental	2.100,75	10.207,45	48.699,29
	Urbanismo	3.334.537,44	2.358.615,64	4.629.473,86
	Desporto e Lazer	96.961,90	96.408,56	532.532,77
	Total		15.422.895,13	17.386.093,51

Fonte: IparDES (2019).

Dados ajustados pelo IGP-DI para 08/2019.

Enquanto Nova Londrina vem diminuindo suas despesas com assistência social, Moreira Sales aumentou seus gastos, isso pode denotar a existência de certa vulnerabilidade socioeconômica no município. Nas funções saúde, educação e desporto e lazer, entre 2002 e 2018, Nova Londrina e Moreira Sales aumentaram suas alocações, contudo está em





proporções menores que aquela, respectivamente na ordem de 280% ante 182%, 254% ante 196% e 549% ante 309%. Mas estas diferenças são melhor visualizadas quando observamos a alocação per capita dos recursos, pois enquanto Nova Londrina aplica em média R\$ 643,09 em saúde e R\$ 583,03 em educação, Moreira Sales aplica apenas R\$ 504,55 e R\$ 531,36 respectivamente.

Na função cultura e urbanismo, Moreira Sales realizou consideráveis alocações, equiparando-se a Nova Londrina. Fato importante, visto que, por exemplo, conforme o Censo de 2010, Nova Londrina possuía 75,4% do seu esgotamento sanitário adequado, enquanto Moreira Sales apenas 3,6%. Mesmo assim, a aplicação per capita média de Nova Londrina foi de R\$ 261,36 contra R\$ 103,61 de Moreira Sales.

Conclusão

Este estudo teve por objetivo analisar se a instalação da agroindústria canavieira corroborou com o crescimento e desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Moreira Sales e Nova Londrina. Em seu desenvolvimento procurou-se analisar o impacto das agroindústrias sobre a dinâmica de crescimento populacional, a geração de empregos diretos, a relação com outras atividades econômicas, as receitas correntes e próprias e as despesas orçamentárias dos municípios.

Como resultado constatou-se a crescente influência da agroindústria canavieira na escolha do cultivo a ser produzido nas propriedades rurais, com a elevação constante da área plantada com cana-de-açúcar, chegando a ocupar aproximadamente 23% da área de ambos os municípios. Foi observado que a dinâmica populacional dos municípios ocorreu de uma maneira distinta dos territórios que fazem parte. Mesmo com a diminuição da população de Moreira Sales em quase 50%, tal mitigação ocorreu em intensidade menor que a do território. Já território de Nova Londrina se manteve com população praticamente constante, enquanto o município apresentou um aumento populacional.

Na perspectiva da ocupação da população, ambos os municípios apresentaram evolução de modo irradiado em todos os setores e atividades econômicas. Embora, tendo em vista as especificidades de cada município, em Moreira Sales ficou notório o êxodo da ocupação rural para a ocupação urbana, enquanto em Nova Londrina o movimento ocupacional foi mais intenso, salvo o setor agropecuário que apresentou pequena queda na ocupação, acontecimentos normais tendo em vista os fenômenos demográficos apresentados.

A geração de emprego vinculada à agroindústria canavieira expõe a dependência econômica dos municípios junto ao setor. Cenário preocupante, pois essa pequena diversificação da base produtiva de uma região, conforme aponta Haddad (1999) e Abramovay (2003), decorre da dominante especialização produtiva desenvolvida em grandes áreas, que dificultam as iniciativas e o empreendedorismo, tornando-a vulnerável economicamente.





Outro benefício gerado pela instalação das agroindústrias está relacionado às receitas orçamentárias dos municípios, principalmente no que se refere ao crescimento das transferências de recursos estaduais. A receita municipal de transferências correntes do Estado do Paraná cresceu em maior proporção em Nova Londrina do que em Moreira Sales, principalmente pela sua maior ocupação nos setores econômicos. Já as transferências correntes da União se diferenciam principalmente pela diferença de arrecadação com o imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR). Não foram apenas as receitas de transferência correntes do Estado e da União que aumentaram, as receitas com arrecadação própria dos municípios também cresceram, principalmente, mas não somente, pelo crescimento populacional urbano (IPTU, ITBI e Taxas) e do crescimento dos setores econômicos (ISSQN).

Até aqui, não há dúvidas da contribuição das agroindústrias no fenômeno de crescimento econômico dos municípios, através da manutenção dos níveis populacionais, geração de empregos e renda diretos e indiretos, encadeamento com os demais setores econômicos, arrecadação direta e indireta de recursos orçamentários, dentre outros aspectos. Todavia, também devemos estar atentos às dinâmicas perversas derivadas da agroindústria, como a concentração fundiária, a pouca diversificação produtiva e os impactos ambientais. Fenômenos esse que podem ser gerenciados através da intervenção do estado com políticas macroeconômicas, setoriais (agrícola e agrária) e programas diferenciados de desenvolvimento rural, esses últimos destinados ao público socioeconomicamente vulnerável (DELGADO, 2001).

Outra observação diz respeito à aplicação dos recursos orçamentários arrecadados, onde, apesar de ambos os municípios apresentarem crescentes investimentos em saúde, educação, cultura, urbanismo e lazer, Nova Londrina se diferencia ante Moreira Sales. Enquanto o segundo se destaca pelo aumento de investimentos per capita em assistência social, o primeiro distingue-se pelos maiores investimentos per capita em saúde, educação e urbanismo.

Os resultados deste estudo, assim como os argumentos traçados por Boiser (1992, *apud* HADDAD, 2009), apontam que o processo de desenvolvimento não depende apenas do crescimento econômico, mas sim da capacidade de organização social e política para modelar o futuro, através da formulação e implementação de políticas, programas e projetos motivados pela sociedade local em parceria com o Estado, este devendo atuar como gestor desses interesses.

Assim, tendo em vista as dificuldades de generalização do estudo de caso, sugere-se como agenda de pesquisa, que mais trabalhos dessa natureza possam ser realizados para examinar os impactos sobre o crescimento e desenvolvimento econômico em outros municípios que também tenham indústria canavieira instalada.





Referências

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: **O Futuro das Regiões Rurais**, Ed. UFRGS, Porto Alegre, 2003, p. 17-56.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALVES, L. R. *et al.* O continuum, a localização do emprego e a configuração espacial do Oeste do Paraná. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**, v. 1, n. 2, ago/dez. 2006.

BARROS, G.S.C.; GILIO, L.; CASTRO, N.R.; BELON, J.G.O.; RODRIGUES, L. **Especial temático mercado de trabalho do agronegócio: a dinâmica dos empregos formais na agroindústria sucroenergética de 2000 a 2016**. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), Piracicaba, 2018.

BRANDÃO, A. **Cana-de-açúcar: álcool e açúcar na história e no desenvolvimento social do Brasil**. Brasília, Editora Horizonte, 1985.

CARVALHEIRO, E. M.; SHIKIDA, P. F. A. Reflexos da desregulamentação no processo de desenvolvimento da agroindústria canavieira no Estado do Paraná. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 9, n. 2, p. 209-234, 2004.

CARVALHEIRO, E. M. **A Agroindústria canavieira do Paraná: Evolução, histórica e impactos sobre o desenvolvimento local**. Dissertação Mestrado (Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2005.

CARVALHO, F. S. **O setor sucroenergético no Brasil: estado, hegemonia e relações internacionais - o caso da Unica no agribusiness internacional**. Dissertação Mestrado (Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, v. 2, p. 9-32, 2008.

COELHO, C. N. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. 2001, Jul./Ago./Set., 2001.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste interno e agricultura. In: Leite, S. P. (Org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.





DELIBERALI, E. A. **O Perfil do desenvolvimento socioeconômico dos municípios Paranaenses que possuem agroindústria canaveira: Estudo de caso.** Dissertação Mestrado (Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#data/QC>>. Acesso em: 05/09/2019.

FERRERAS, N.; SECRETO, M. V. **Os pobres e a política. Histórias e movimentos sociais na América Latina**, Rio de Janeiro, Mauad, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HADDAD, P. R. A concepção de desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. et al. (Org.). **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: estudo de cluster**. Brasília: CNPq/Embrapa, 1999.

_____. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 119-146, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 11/09/2019.

_____. **Censo Demográfico 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. **Censo Demográfico 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. **Base de dados do estado. Curitiba**. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 08/09/2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1984.





NOVA CANA. **Dossiê Paraná: Indústria sucroenergética tem mais potencial que investimentos.** Disponível em: <<https://www.novacana.com/n/industria/usinas/dossie-parana-industria-sucroenergetica-potencial-investimentos-170918>> Acesso em: 08/09/2019.

NORTH, D. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: J. SCHWARTZMANN (org) **Economia regional e urbana: textos escolhidos.** Belo Horizonte: UFMG, p. 333-343, 1977.

OLIVEIRA, G. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em: 08/10/2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Programa de disseminação das estatísticas do trabalho. Relação anual de informações sociais (RAIS).** Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/acesso-online-as-bases-de-dados>>. Acesso em: 20/01/2020.

RISSARDI JUNIOR, D. J. **A agroindústria canavieira do Paraná pós-desregulamentação: uma abordagem neoschumpeteriana.** Dissertação Mestrado (Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2005.

RODRIGUES, J. A. O papel da agricultura no processo de desenvolvimento econômico e as políticas governamentais para o setor agrícola. **Revista de Administração Pública**, v. 12, 1978.

SCHMIDTKE, C. R. Agroindústria canavieira Paranaense: evolução e expectativas. **48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, 2010**, Campo Grande. Tecnologias, desenvolvimento e integração social, 2005.

SCHNEIDER, S. *et al.* A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, v. 6, n. 11, 2004.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Disponível em: <<http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1::MOSTRA:NO:RP>>. Acesso em: 15/09/2019.

SHIKIDA, P. F. A. **A evolução diferenciada da agroindústria canavieira no Brasil de 1975 a 1995.** Piracicaba, 1997. 191 folhas. Tese Doutorado - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.





REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



página 279

_____. Desenvolvimento socioeconômico e agroindústria canavieira no Paraná. **Revista de Política Agrícola**, Ano XIX, número 3, Jul./Ago./Set. 2010.

SHIKIDA, P. F. A., SOUZA, E. C. Agroindústria canavieira e crescimento econômico local. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 569-600, jul/set, 2009.

SHIKIDA, P. F. A.; AZEVEDO, P. F.; VIAN, C. E. F. Uma análise das capacidades tecnológicas da agroindústria canavieira em Minas Gerais. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 8, p. 251-277, 2010.

SHIKIDA, P. F. A.; BACHA, C. J. C. Evolução da agroindústria canavieira Brasileira de 1975 a 1995. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, 53 (1), p. 69-89, 1999.

UNIÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DE SÃO PAULO. **Base de dados**. Disponível em: < <http://www.unicadata.com.br/>>. Acesso em: 18/09/2019.

UNIÃO DOS PRODUTORES DE ENERGIA. **Base de dados**. Disponível em: <http://www.udop.com.br/index.php?item=mapa_bra>. Acesso em: 15/09/2019.

VIAN, C. E. F.. **Agroindústria canavieira: estratégias competitivas e modernização**. São Paulo: Átomo, 2003.

Recebido em 25/03/2020
Aprovado em 22/06/2020



Volume 10, Número 3
Julho - Dezembro
2020



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:



Revista Orbis Latina - Disponível no website <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>